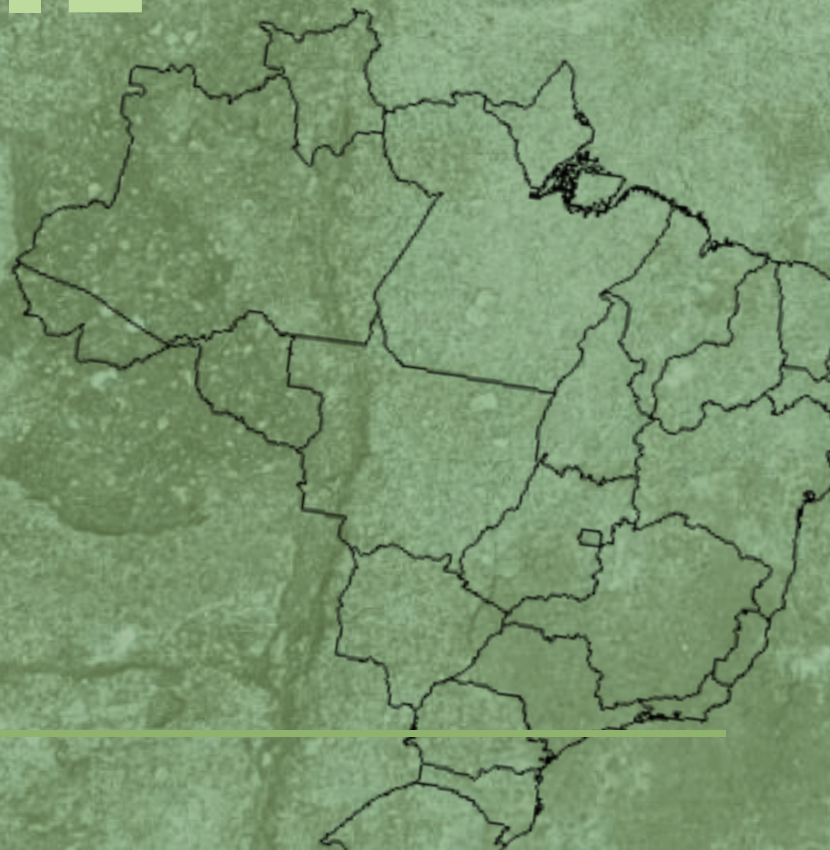


JANEIRO-MARÇO 2026

Nº25
BOLETIM
TRIMESTRAL

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL NO BRASIL



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP
Escola de Ciência Política - ECP
Grupo de Investigação Eleitoral - GIEL

Coordenação Geral

Felipe Borba

Cientista político e Coordenador do Grupo de Investigação Eleitoral

Coordenação do Observatório

Miguel Carnevale

Pesquisador de pós-graduação e Bolsista CAPES

Beatriz Carvalho

Pesquisadora de pós-graduação, Rutgers University-New Brunswick

Equipe de Trabalho

Pedro Bahia

Pesquisador de pós-graduação, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ

Ana Beatriz Padela

Bolsista de iniciação científica, CNPq

Rebecca Rodrigues

Bolsista de iniciação científica, Unirio

Projeto Gráfico

Potentia Assessoria e Consultoria Política

Financiamento

Fundo Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - Faperj

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

O Conteúdo desse material pode ser reproduzido total ou parcialmente em qualquer forma e em qualquer meio de comunicação desde que a fonte seja devidamente citada.

Para maiores informações sobre esta publicação, acessar www.giel.uniriotec.br ou enviar correio eletrônico para guel@unirio.br

SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

05

**OS NÚMEROS
DA VIOLÊNCIA**

07

**OS TIPOS
DE VIOLÊNCIA**

09

**AS VÍTIMAS
DA VIOLÊNCIA**

10

**OS PARTIDOS
POLÍTICOS ATINGIDOS**

12

ANEXO

APRESENTAÇÃO

A edição de número 25 do Boletim Trimestral do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) exhibe os casos de violência contra lideranças políticas no Brasil entre 1º de janeiro e 31 de março de 2026.

O período foi marcado por eventos políticos importantes, como a janela partidária (permissão para troca de partido) e a desincompatibilização de lideranças em determinados cargos, visando à pré-candidatura a outras funções. Tais modificações delineiam o cenário político-partidário para as eleições estaduais e nacionais no segundo semestre do ano.

Por outro lado, diversos episódios de violência foram reportados. Em janeiro, vereadores da Câmara Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, receberam mensagens online contendo ameaças e insinuações de ataques. Já em fevereiro, um parlamentar da Câmara Municipal de Santa Rita, na Paraíba, alegou que os vereadores estariam sob ameaças de morte.

Chamamos atenção, também, para a violência política de gênero. Em janeiro, a deputada estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Renata Souza (PSOL-RJ), recebeu e-mail com ameaça de morte e ofensa de cunho racista. Já em março, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), eleita presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres no Congresso Nacional – a primeira mulher trans a assumir tal posição –, sofreu episódios de transfobia.


Neste relatório, destacamos as seguintes informações:


- No período, 130 episódios foram contabilizados; em relação ao trimestre anterior, houve uma diminuição marginal de 3,7%.


- Desde de 2019, com o início do trabalho de contabilização, o OVPE totaliza 3.463 episódios.
- A violência do tipo psicológica lidera de forma expressiva, com 81 casos (62,3%).
- Pela primeira vez na série histórica do Observatório, o Rio Grande do Norte foi o estado com maior número de casos (31).
- Mesmo em anos de eleições estaduais e nacionais, lideranças locais permanecem vítimas preferenciais da violência (76%).
- PL e União Brasil foram os partidos mais atingidos, com 19 e 18 episódios, respectivamente.


O boletim do OVPE é uma publicação realizada pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (GIEL/UNIRIO), com apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para conhecer detalhes sobre os objetivos e a metodologia do boletim, convidamos você a visitar a nossa página eletrônica no endereço giel.uniriotec.br. Contamos com a boa acolhida de nosso boletim pela comunidade científica brasileira e demais interessados. Comentários, críticas e sugestões podem ser encaminhados para o e-mail: giel@unirio.br

 **Site:** www.giel.uniriotec.br

 **E-mail:** giel@unirio.br

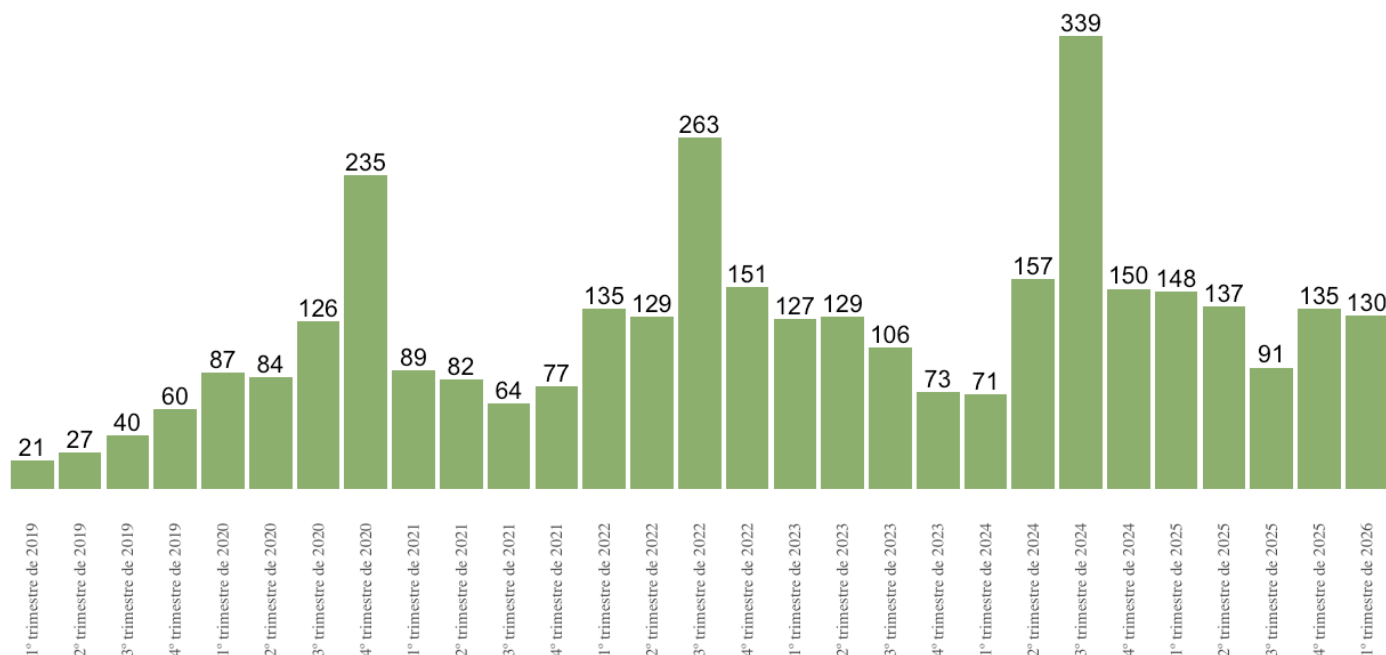
 **Instagram:** [@giel_unirio](https://www.instagram.com/giel_unirio)

 **X (Twitter):** [@giel_unirio](https://twitter.com/giel_unirio)

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

Entre janeiro e março de 2026, 130 episódios de violência contra lideranças políticas ou familiares foram contabilizados. O número representa uma diminuição de 3,7% em relação ao trimestre anterior. Desde 2019, com o início da contabilização, o OVPE já identificou 3.463 episódios de violência contra lideranças políticas ou familiares no Brasil.

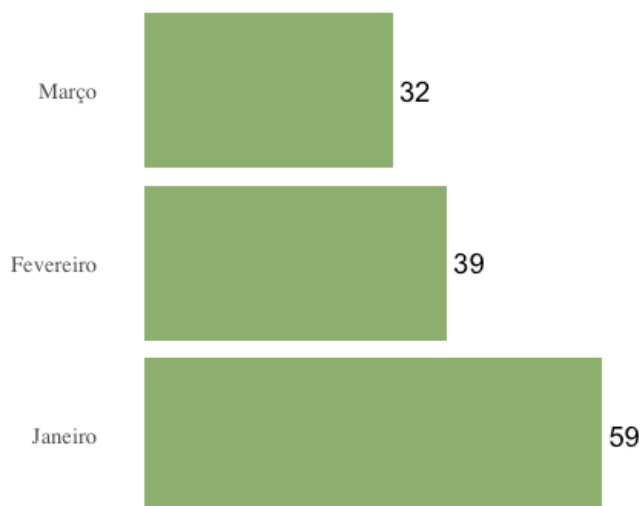
Gráfico 1: Evolução do número de casos de violência contra lideranças políticas



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Entre os meses do trimestre, janeiro lidera com maior número de casos (59; 45,4%), seguido por fevereiro (39; 30%) e março (32; 24,6%).

Gráfico 2: Evolução do número de casos de violência contra lideranças políticas no trimestre (1º trimestre de 2026)



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Imagem 1: Número de casos de violência contra lideranças políticas desde 2019

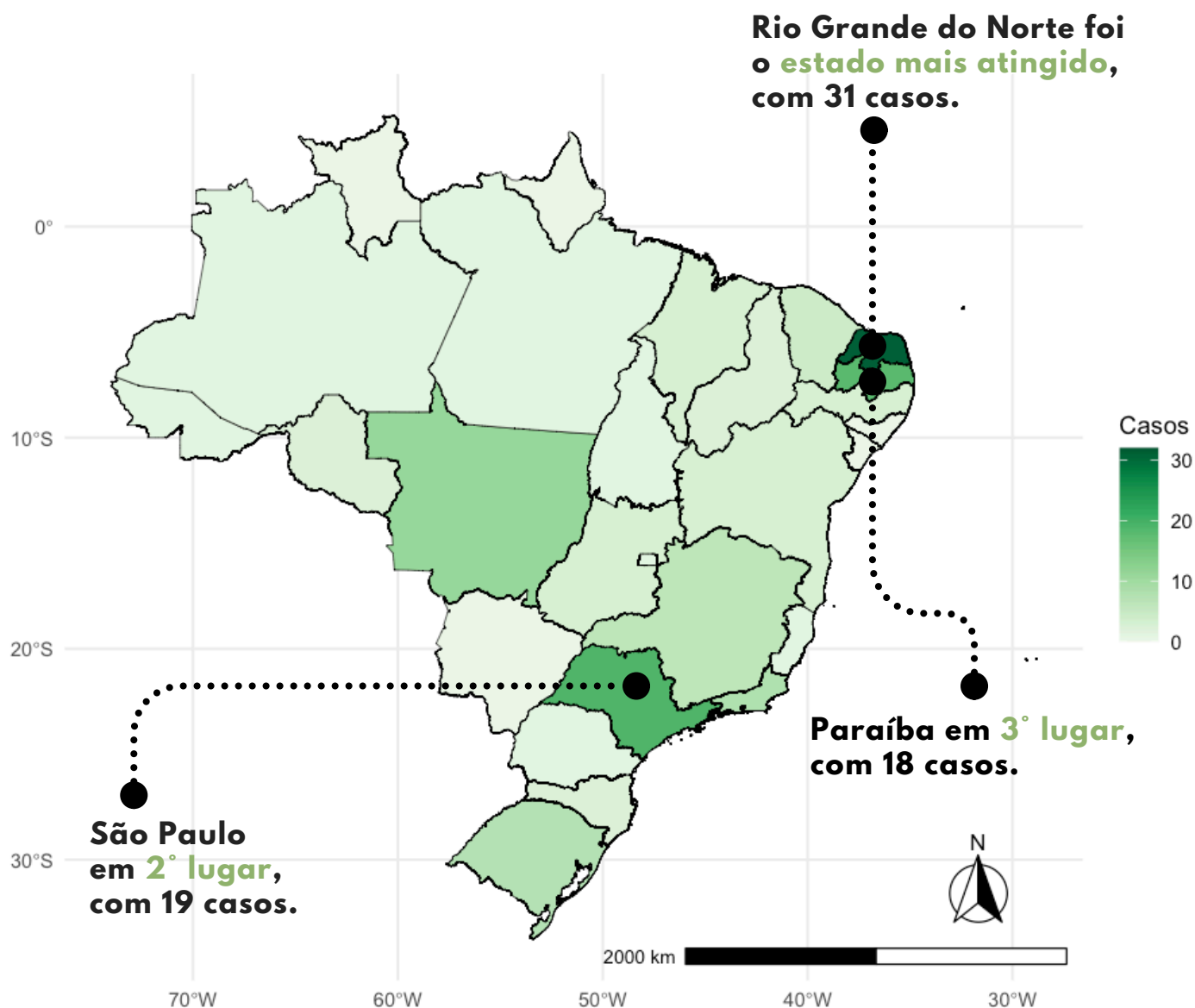


Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Ao observar a distribuição geográfica dos casos, a Região Nordeste se destaca com 64 episódios (49,2%). Em seguida, surge o Sudeste, com 34 (26,1%), o Centro-Oeste com 15 (11,5%), o Sul (10; 7,7%), e o Norte (6; 4,6%). Um episódio atingiu o pré-candidato à presidência Renan Santos (Missão-SP), e por se tratar de um cargo eletivo nacional, não integra a distribuição por regiões.

22 estados reportam casos no período. Pela primeira vez na série histórica do OVPE, o Rio Grande do Norte lidera com 31 episódios (24,%). Tal concentração de episódios explica por que o Nordeste lidera o ranking de região mais atingida neste trimestre. Em seguida, surge São Paulo, com 19 episódios (14,7%), a Paraíba com 18 (13,9%), e o Mato Grosso, com 11 (8,5%). Não foram constatados episódios em Alagoas, no Amapá, no Mato Grosso do Sul, em Roraima e em Sergipe.

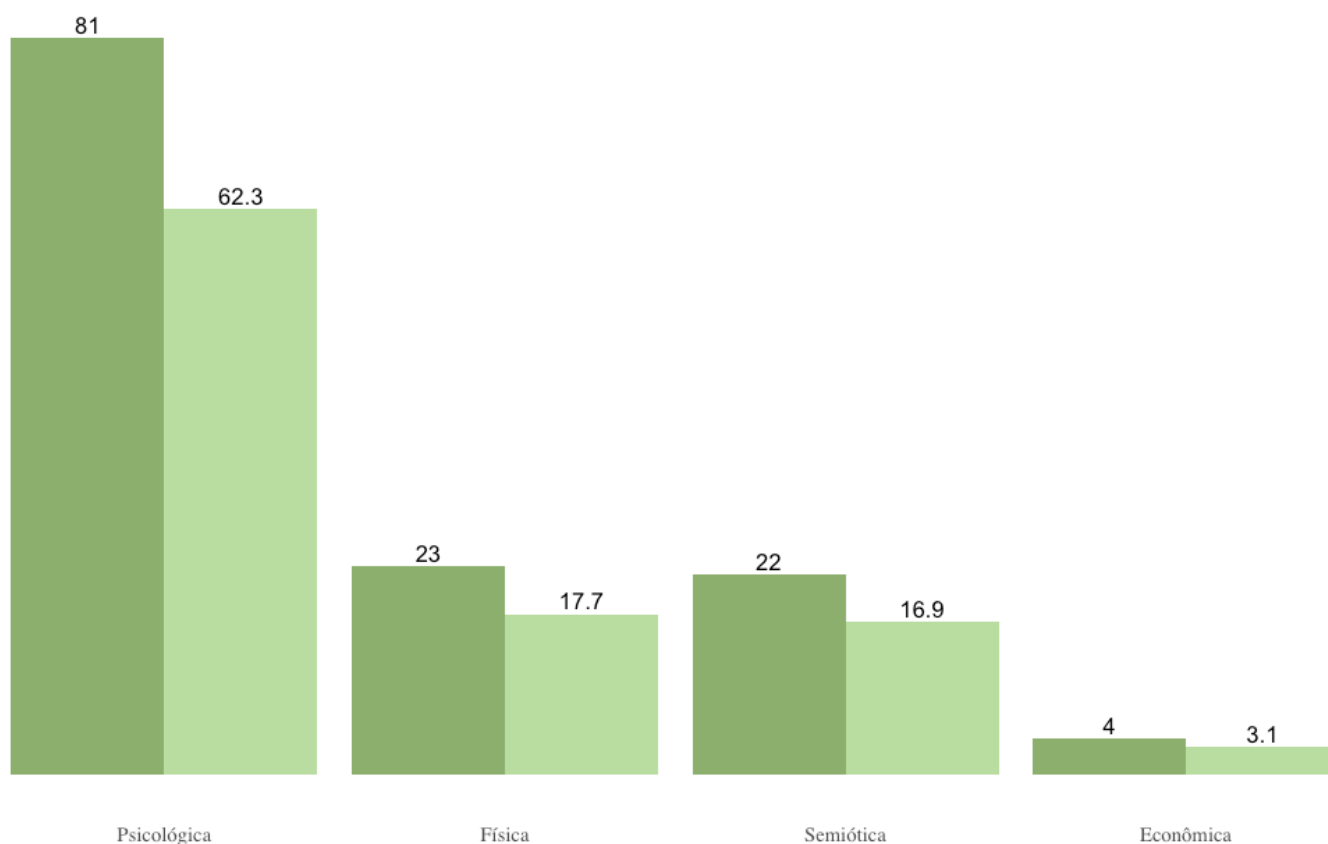
Mapa 1: Violência contra lideranças políticas por Unidade da Federação (1º trimestre de 2026)



OS TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência do tipo psicológica permanece como a modalidade mais frequente da violência política no país. Entre janeiro e março de 2026, foram identificados 81 casos, o que representa 62,3% de todos os episódios do período. Já a violência física, que por diversos períodos se posiciona próxima da psicológica – por vezes, superando-a –, figura em segundo lugar, com 23 episódios (17,7%). Em seguida, há a violência semiótica, com 22 casos (16,9%); e quatro episódios de violência econômica (3,1%). No 1º trimestre, não foram identificados casos de violência sexual contra lideranças políticas ou familiares.

Gráfico 3: Tipos de violência contra lideranças políticas (1º trimestre de 2026)



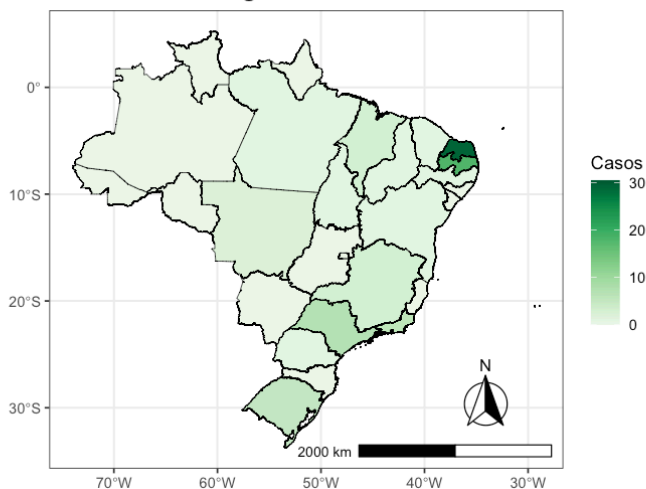
Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

A violência psicológica foi reportada em 15 estados, com destaque para o Rio Grande do Norte, com 29 episódios, e para a Paraíba, com 18. Episódios de violência coletiva explicam a incidência de casos nesses estados. Em janeiro, vereadoras da Câmara Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, receberam mensagens contendo ameaças à sua integridade física e a possíveis ataques. Já na cidade de Santa Rita, na Paraíba, um vereador veio a público denunciar que parlamentares estariam sendo alvo de ameaças de morte.

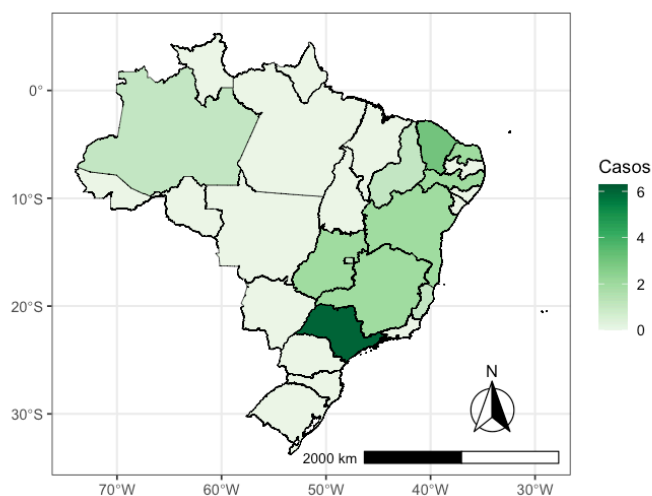
A violência física ocorreu em 11 estados, com destaque para São Paulo (seis casos). Sete estados reportam casos de violência semiótica, com destaque para o Mato Grosso (nove casos). Por fim, a violência econômica foi reportada em quatro estados. Em relação aos homicídios (tentados e consumados), a modalidade mais letal da violência física, foram registrados sete episódios distribuídos entre seis estados, com destaque para o Rio Grande do Norte (dois casos).

Mapa 2: Tipos de violência contra lideranças políticas por estado (1º trimestre de 2026)

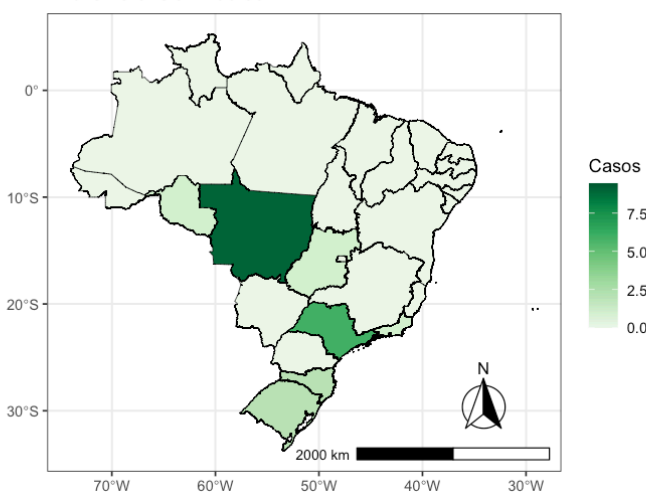
Violência Psicológica



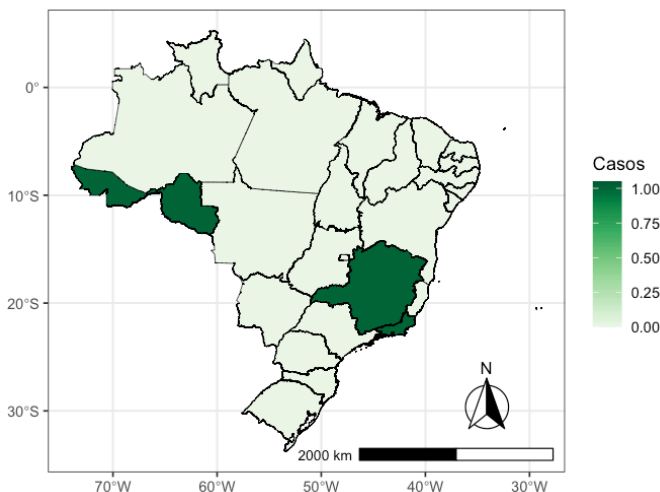
Violência Física



Violência Semiótica



Violência Econômica



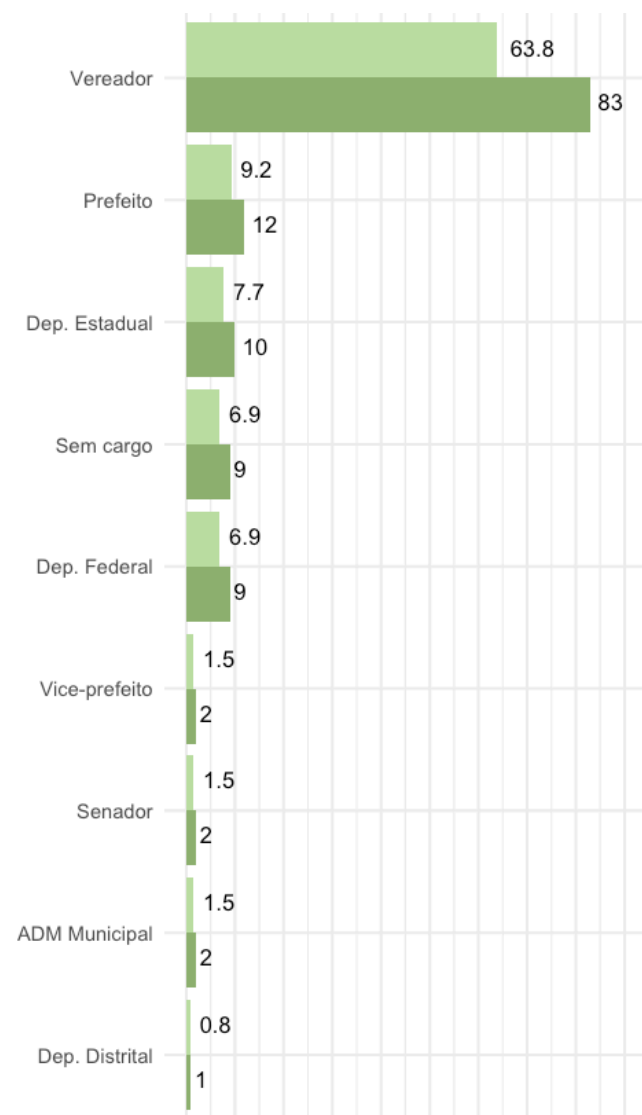
Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

*Veja no Anexo a tabela com o quantitativo de casos por estado

AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

Acompanhando padrões anteriores, as lideranças locais permanecem o alvo preferencial da violência no país. Ainda que 2026 se configure como um ano de eleições estaduais e nacionais, 83 vereadores (63,8%), 12 prefeitos (9,2%), dois vice-prefeitos (1,5%), e dois funcionários da administração pública municipal (1,5%) – incluindo casos que envolvem seus respectivos familiares–, foram vitimados. Juntos, tais registros representam cerca de 76% de todos os casos do período.

Gráfico 4: Perfil político das vítimas (1º trimestre de 2026)



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

No trimestre, chamamos atenção, também, para 10 episódios de violência contra deputados estaduais (7,7%), nove episódios contra deputados federais (6,9%), dois episódios contra senadores (1,5%), e um episódio contra deputado distrital (0,7%). No período, nove episódios foram contra lideranças que não possuíam cargo público (6,9%).

Em geral, os dados de perfil social das vítimas seguem padrões de trimestres anteriores. Homens correspondem a 70,8%, e mulheres a 29,2%.

Tabela 1: Perfil social das vítimas (1º trimestre de 2026)

Perfil	Vítimas	Percentual
Feminino	38	29.2
Masculino	92	70.8
18 a 29	14	10.8
30 a 39	36	27.7
40 a 49	42	32.3
50 a 59	22	16.9
60 ou mais	15	11.5
Não Informado	1	0.8
Ensino Fundamental	4	3.1
Ensino Médio	29	22.3
Ensino Superior	94	72.3
Lê e escreve	1	0.8
Não informado	2	1.5
Branca	76	58.5
Não informado	3	2.3
Parda	34	26.2
Preta	17	13.1

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

A média de idade das vítimas foi de aproximadamente 44 anos, sendo as faixas etárias de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos as mais atingidas (32,3% e 27,7%, respectivamente).

Em relação à escolaridade, 72,3% das vítimas possuem ensino superior (completo ou incompleto). Por fim, quanto à cor/raça, 76 vítimas se declararam brancas (58,5%), 34 se declararam pardas (26,2%) e 17 se declararam pretas (13,1%). No trimestre, não foram identificados casos de violência contra lideranças amarelas ou indígenas.

Violência Contra Mulheres Na Política

Entre janeiro e março de 2026, as mulheres corresponderam a 29,2% das vítimas catalogadas, totalizando 38 casos em um universo de 130 ocorrências registradas no período. Ainda que permaneçam como minoria entre as vítimas, a distribuição por tipologia revela padrões específicos de vitimização: a incidência de violência semiótica alcança 86,36% dos casos envolvendo mulheres, seguida pela violência psicológica (20,98%) e, em menor escala, pela violência física (8,69%), sem registros de violência econômica direcionada a esse grupo. Esse perfil indica que, mais do que a eliminação física, a violência dirigida às mulheres tende a operar por meio de estratégias simbólicas e discursivas que incidem sobre sua legitimidade e presença nos espaços políticos.

No período, alguns episódios ilustram a persistência de dinâmicas de violência pautada por gênero no interior da arena institucional e digital. Casos envolvendo figuras recorrentes nos levantamentos do OVPE, como as ameaças dirigidas à deputada estadual Renata Souza e os ataques de caráter transfóbico contra a deputada federal Erika Hilton, evidenciam a articulação entre violência política e marcadores sociais como raça e identidade de gênero.

Adicionalmente, a distribuição dos episódios ao longo de diferentes espectros ideológicos – com destaque para PSOL (10 casos) e PL (sete casos) – sugere que tais dinâmicas não se restringem a um único campo político, ainda que se manifestem com intensidades e características distintas.

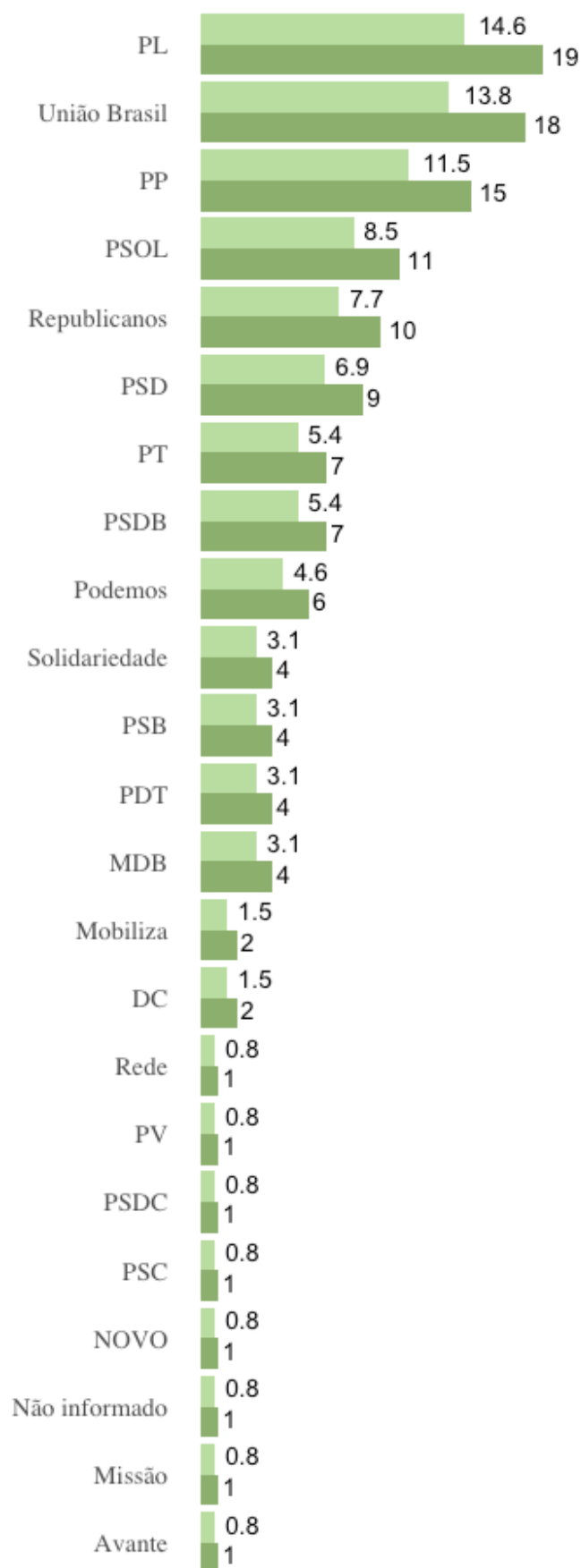
A análise dos dados reforça tendências já observadas em boletins anteriores, sobretudo no que se refere à natureza qualitativa da violência enfrentada por mulheres. A predominância de práticas semióticas e psicológicas indica um padrão de atuação que busca deslegitimar e silenciar a participação feminina, afetando diretamente suas condições de permanência e atuação na política.

Esse quadro se torna ainda mais relevante quando considerado em conjunto com a sub-representação estrutural das mulheres nos espaços de poder, sugerindo que a violência contra mulheres na política como um mecanismo de reprodução de desigualdades, ao limitar tanto o acesso quanto a continuidade dessas trajetórias.

OS PARTIDOS POLÍTIICOS ATINGIDOS

Ao todo, 22 legendas partidárias, de diferentes espectros ideológicos, registram casos de violência contra lideranças. O Partido Liberal (PL) lidera com 19 casos (14,6%), seguido de União Brasil (UB), com 18 (13,8%), Partido Progressista (PP), com 15 (11,5%), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 11 (8,5%), e Republicanos, com 10 (7,7%). Não foi possível identificar a filiação partidária de uma das lideranças.

Gráfico 5: Filiação partidária das vítimas (1º trimestre de 2026)



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

ANEXO

Tabela 2: Tipos de violência por estado (1º trimestre de 2026)

	Econômica	Física	Psicológica	Semiótica
AC	1	0	0	0
AM	0	1	0	0
BA	0	2	1	0
CE	0	3	1	0
DF	0	1	0	0
ES	0	1	0	0
GO	0	2	0	1
MA	0	0	3	0
MG	1	2	3	0
MT	0	0	2	9
PA	0	0	1	0
PB	0	0	18	0
PE	0	2	1	0
PI	0	1	1	0
PR	0	0	1	0
RJ	1	0	6	1
RN	0	2	29	0
RO	1	0	0	1
RS	0	0	5	2
SC	0	0	0	2
SP	0	6	7	6
TO	0	0	1	0

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

